



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10144 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT14 - Sociologia da Educação

**A EDUCAÇÃO EM UM DOS EPICENTROS DA PANDEMIA NO BRASIL: Governança, instituições e sujeitos escolares no Amazonas (2020/2021)**

Camila Ferreira da Silva Lopes - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)

**A EDUCAÇÃO EM UM DOS EPICENTROS DA PANDEMIA NO BRASIL: Governança, instituições e sujeitos escolares no Amazonas (2020/2021)**

**Resumo**

No campo da educação, o cenário pandêmico exigiu uma reorganização às pressas em meio às incertezas que se desenhavam na vida social, a suspensão das atividades presenciais marcou os sistemas educacionais ao redor do mundo, os quais necessitaram de processos de replanejamento frente à nova configuração de combate à disseminação do vírus. Este trabalho insere-se nesse cenário empírico e objetiva a realidade do estado do Amazonas, um dos epicentros da pandemia no Brasil. Com o objetivo bifurcado em torno dos exercícios de analisar os impactos do cenário pandêmico sobre a educação amazonense e mapear os encaminhamentos oficiais para as instituições de ensino, e a partir de uma mirada da Sociologia da Ação Pública, ocupamo-nos de uma análise qualitativa das tomadas de decisões do poder público sobre a educação em tempos de pandemia no Amazonas (2020/2021). O estudo tem revelado uma complexa teia de agentes públicos e privados envolvidos na governança educacional na pandemia; tensões pendulares em torno da retomada das aulas presenciais; modelos educativos alternativos para esse cenário, com destaque para o pioneirismo do "Aula em Casa" e sua transmissão para outros estados da federação; e a consolidação das parcerias públicas e privadas.

**Palavras-chave:** Pandemia; Governança Educacional; Escolas; Sujeitos Educativos.

**Introdução**

Em 2020, a suspensão das atividades presenciais marcou os sistemas educacionais nas mais diferentes latitudes (GARCÍA; WEISS, 2020; OZER, 2020; BATUBARA, 2021; MACEDO, 2021), de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020), mais de 190 países tomaram decisões nesse sentido do fechamento das instituições escolares frente ao avanço da pandemia de Covid-19. O que se seguiu a esse fechamento inicial foram processos de replanejamento nos níveis da política educacional e das escolas. Organizações supranacionais, universidades e pesquisadores da Educação, governos nacionais e locais passaram a tornar público suas propostas para as

instituições educacionais, com o objetivo mais de garantir o direito à educação no contexto da pandemia.

No caso brasileiro a governança educacional em tempos de pandemia tem revelado tendências que já se desenhavam no âmbito das políticas públicas, observamos uma assunção às diretrizes dos organismos internacionais nos pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) – o que, segundo Pletsch et al. (2020), tem resultado na generalização do ensino remoto e na flexibilização dos currículos em todo o país de forma paralela à garantia de relativa autonomia para estados e municípios gerirem a situação educacional em meio à pandemia. Nesse sentido, as experiências locais passam a ganhar centralidade no debate em torno das alternativas que começam a se desenhar para educar crianças, jovens e adultos em cenário de isolamento social, fazendo despontar, no âmbito das pesquisas em Educação, frentes de estudos e investigações ocupadas em mapear e compreender tais experiências e seus impactos sobre a educação, as instituições escolares e seus sujeitos.

O estado do Amazonas é aqui tomado à análise com o objetivo duplo de analisar os impactos do cenário pandêmico sobre a educação amazonense e mapear os encaminhamentos oficiais para as instituições de ensino. Em diferentes momentos, entre 2020 e 2021, este estado tornou-se foco nacional e internacional em consequência da disseminação desenfreada do vírus, do colapso do sistema de saúde e dos debates e decisões em torno do retorno presencial das escolas de educação básica na capital e no interior. Um dos epicentros da pandemia no Brasil, no âmbito da educação, o Amazonas despontou tanto o ensino remoto, quanto com um retorno presencial a partir de julho de 2020. Este trabalho, ao mapear as ações públicas para a educação no Amazonas entre março de 2020 e fevereiro de 2021, ocupa-se de uma análise sobre os impactos da pandemia e das tomadas de decisões para a educação sobre as instituições e os sujeitos escolares.

### **Nota metodológica**

A Sociologia da Ação Pública de Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès (2012) constitui o aporte epistêmico que acompanhou a construção da mirada analítica que lançamos para o nosso objeto de estudo: as tomadas de decisões do poder público para a educação no Amazonas em cenário pandêmico. A partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa, o design do estudo contou com as seguintes etapas: i) revisão integrativa de literatura em torno dos temas correlatos à educação na pandemia e ao cenário amazonense, em bases nacionais e internacionais; ii) levantamento das ações dos governos do estado do Amazonas e da prefeitura de Manaus no âmbito da educação e das respectivas secretarias estadual e municipal de educação no período de março de 2020 a fevereiro de 2021; iii) organização e tratamento das informações e construção do banco de dados; iv) categorização dos dados; e v) análise dos dados. As três últimas etapas foram concretizadas a partir da Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (1995) e, nesse sentido, os registros escritos das notícias divulgadas nos sites do Governo do estado, da Prefeitura de Manaus, da SEDUC-AM e da SEMED-Manaus foram explorados com vistas a possibilitar as inferências e interpretações em torno da ação pública voltada para a educação no primeiro ano da pandemia no Amazonas. Vale a pena sublinhar, por fim, que o estudo se encontra em andamento, e por isso este trabalho condensa resultados parciais e traça suas próximas etapas.

## Reconstrução da ação pública sobre a educação amazonense em cenário pandêmico, caminhos e implicações

A centralidade que o estado do Amazonas passou a ocupar no debate e no combate à pandemia de Covid-19 desde março de 2020 guarda relação direta com o cenário acarretado pelos níveis de disseminação do vírus, que desencadearam uma crise aguda do sistema de saúde e o aprofundamento das desigualdades sociais nos mais diferentes campos da vida social, incluindo aqui a educação. Nesse sentido, a afirmação de Boaventura de Souza Santos (2020), de que a pandemia recoloca questões em torno da vulnerabilidade social a que grupos e até mesmo populações inteiras estão cotidianamente sujeitos, ganha sentido frente à realidade amazonense. Esta compreensão é crucial para clarificar que as desigualdades sociais e seus efeitos para tais grupos antecedem a pandemia, contudo, ganham novos contornos frente à “trágica transparência do vírus” [para utilizar um termo do autor] – esta transparência é uma metáfora adequada para tratar de latitudes e populações que são historicamente invisibilizadas, a exemplo do norte do Brasil e da Amazônia.

Ratusniak, Mafra e Silva (2020) dão-nos pistas importantes sobre o quadro social do estado nesse período, destacamos de seus apontamentos as seguintes questões: o genocídio (nos espaços urbanos e nas comunidades tradicionais); a ampliação das vulnerabilidades de diversas ordens (trabalho e alimentação, por exemplos); as dificuldades de deslocamento para recebimento do auxílio emergencial; o aumento da violência contra mulheres e crianças; a sobrecarga para as mulheres no trabalho, nos afazeres domésticos e nos cuidados dos filhos; as limitações no acesso à internet para a garantia da continuidade dos estudos; a saída da escola de crianças e jovens.

Para Andrade et al. (2021, p. 3-4),

Após os duros meses de abril e maio de 2020, o Amazonas entrou numa onda ufanista de que o “pior já tinha passado”, como declararam autoridades públicas, levando a população a crer que tínhamos chegado ao “fim da pandemia no Amazonas”. Esse sentimento – assessorado pela pressão da economia pelo retorno à “normalidade”, das escolas privadas e públicas pela retomada das aulas, pelo comportamento vacilante das entidades de controle, pelo Governo do Estado –ensejou uma espécie de pouco caso com os cuidados sanitários da população de modo geral. As campanhas eleitorais, a realização das eleições municipais, as festividades de natal e ano novo, além da abertura de espaços de festas, balneários, casas noturnas, feiras, igrejas e templos, entre outros, produziram intensas aglomerações da população por todo o país. Em Manaus, os reflexos desse conjunto de elementos foram duramente sentidos a partir de janeiro de 2021.

Essa tônica em torno de um retorno à pretendida “normalidade” ganhou centralidade no Amazonas, figurando nos desafios enfrentados pelas secretarias municipal e estadual de educação de Manaus e do Amazonas no sentido da tomada de decisões para este setor.

*Figura 1 – Ação pública para a educação no Amazonas em cenário pandêmico:  
Semestres I e II*



Fonte: Elaboração própria.

Com o primeiro caso de Covid-19 confirmado no Amazonas em 13 de março de 2020, a *Figura 1* explicita a velocidade com a qual as primeiras decisões foram tomadas: as aulas foram suspensas em 16 de março/2020 e quatro dias depois foi anunciada a adoção do Programa "Aula em Casa". Para minimizar as implicações no calendário escolar, a SEMED-Manaus anunciou a antecipação do recesso escolar como uma medida facilitadora para os reajustes que esse calendário viria a sofrer. Os programas de merenda escolar na pandemia são rapidamente esquematizados na capital (com o "Nossa Merenda" da SEMED em março)

e no estado (com o “Merenda em Casa” da SEDUC em abril). A preocupação com a formação continuada dos professores para este cenário de isolamento social e ensino remoto desponta como preocupação nos setores público e privado – o Amazonas passa a desenvolver lives para professores, gestores, estudantes, famílias e comunidade escolar para tratar das tecnologias e seu papel nesse arranjo que começava a se desenhar. As parcerias público-privadas constituem o principal caminho percorrido para esta formação continuada dos professores, o que também se confirmou para outros setores da educação na pandemia e se estendeu por todo o ano, pelo que identificamos parcerias com as seguintes instituições: Fundação Telefônica Vivo, Instituto Natura, Instituto Inspirare, Pro Futuro, Fundação Vanzolini e Fundação “la Caixa”.

O principal debate que marcou a governança educacional neste cenário diz respeito à pressão pelo retorno ao ensino presencial na educação básica no Amazonas. E, como vimos na *Figura 1*, os primeiros passos para um retorno presencial e/ou híbrido foram dados ainda no primeiro semestre: setor privado em julho/2020 e setor público em agosto/2020 com o ensino médio. Os problemas enfrentados nesse retorno precipitaram desencadearam uma luta da categoria docente, que anunciou indicativo de greve em agosto de 2020 e passou todo o primeiro ano se posicionando contra este retorno. No que tange ao setor privado de ensino, o corpus de notícias analisado demonstra que, para além dessas questões, evidenciou-se uma preocupação em torno da desistência e evasão, os movimentos de redução dos valores das mensalidades dessas escolas no Amazonas objetivaram mitigar esta situação e chegaram a envolver o Ministério Público do Estado para a fixação das porcentagens de redução desses valores.

O segundo semestre da pandemia no Amazonas representou um aprofundamento dessas questões que despontaram ainda no início da pandemia. O retorno paulatino das aulas presenciais e/ou híbridas no setor público continuou (ensino fundamental em setembro/2020 e interior do estado em novembro e dezembro/2020). Contudo, a segunda onda de Covid-19 no estado, entre final de 2020 e início de 2021, foi determinante para a suspensão desses modelos híbridos em janeiro de 2021 e para os desafios enfrentados no processo de planejamento do novo ano letivo – a abertura e fechamento das matrículas nas escolas públicas é expressão dessa problemática.

### **Considerações Finais e próximos passos no estudo**

De modo geral, evidencia-se neste primeiro ano de tomada de decisões sobre a educação no Amazonas uma governança pautada i) nas relações entre as redes pública e privada de ensino e os setores empresarial e o terceiro setor; ii) nas idas e vindas com relação ao formato mais apropriado para a educação, tendo sido experimentados os modelos remoto, a distância, híbrido e presencial, de acordo com as oscilações do avanço da pandemia do estado; iii) nas disputas em torno da formação e do trabalho docente, com especial atenção para as condições que estes profissionais passaram a enfrentar com a instabilidade entre ensino presencial e remoto; iv) no enfrentamento das contradições e desigualdades sociais e educacionais próprias do contexto amazônico que as crianças e os jovens matriculados nas escolas de educação básica aqui enfrentam.

Na continuidade deste estudo, pretendemos realizar etapas de pesquisa empírica, abrindo frentes de diálogo com os professores, gestores escolares, estudantes e suas

famílias, de escolas públicas e privadas, com o objetivo de compreender a materialidade e as implicações dessa governança educacional no primeiro ano de pandemia para o cotidiano dos sujeitos escolares.

## Referências

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de et al. Ciência e resistência em tempos de pandemia. **REVES - Revista Relações Sociais**, Viçosa, MG, v. 04, n. 01, p. 1-6, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BATUBARA, Beby Masitho. The Problems of the World of Education in the Middle of the Covid-19 Pandemic. **Budapest International Research and Critics Institute Journal**, Sumatera Utara, v. 4, n. 1, p. 450-457, fev. 2021.

GARCÍA, Emma; WEISS, Elaine. **COVID-19 and student performance, equity, and U.S. education policy: Lessons from pre-pandemic research to inform relief, recovery, and rebuilding**. Washington, DC: Economic Policy Institute, 2020.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública**. Tradução: George Sarmiento. Maceió: EDUFAL, 2012.

MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, p.262-280, maio/ago. 2021.

OZER, Mahmut. Educational Policy Actions by the Ministry of National Education in the times of COVID-19 Pandemic in Turkey. **Kastamonu Education Journal**, v. 28, n. 3, p. 1124-1129, 2020.

PLETSCH, Márcia Denise et al. Apresentação primeira edição especial: Educação e Democracia em tempos de pandemia. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. Especial, p. 4-11, jun./out. 2020.

RATUSNIAK, Célia; MAFRA, Ivanilde dos Santos; SILVA, Vanderlete Pereira da. A travessia das infâncias no Amazonas no contexto de distanciamento social. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1364-1382, dez./dez. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

UNESCO. **Reabrir as escolas: quando, onde e como?** Paris, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/reabrir-escolas-quando-onde-e-como>. Acesso em: 24 maio 2021.